

rente, pelo prazo de um ano, renovável, conforme lista de classificação final, com o candidato Carlos Manuel Alves, com a remuneração mensal ilíquida de € 447,65, equivalente ao índice 137, escalão 1, da categoria de cabouqueiro. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

4 de Julho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Francisco Ivo de Lima Portela*.

2611032091

Aviso n.º 13 227/2007

Para os devidos efeitos se faz público que, por despacho do presidente da Câmara de 20 de Junho de 2007, foi celebrado contrato de trabalho a termo resolutivo certo, com início em 25 de Junho corrente, pelo prazo de um ano, renovável, conforme lista de classificação final, com a candidata Sandra Maria da Silva Henriques, com a remuneração de € 418,24, equivalente ao índice 128, escalão 1, da categoria de auxiliar de serviços gerais. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

4 de Julho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Francisco Ivo de Lima Portela*.

2611032090

Aviso n.º 13 228/2007

Para os devidos efeitos se faz público que, por despacho do presidente da Câmara de 20 de Junho de 2007, foi celebrado contrato de formação em posto de trabalho, com efeitos a 25 de Junho corrente, na área de gestão de recursos humanos, nível v, conforme lista de classificação final, com a candidata Diana Lopes, ao abrigo do PEPAL (Programa de Estágios Profissionais para as Autarquias Locais). (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

4 de Julho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Francisco Ivo de Lima Portela*.

2611032081

Aviso n.º 13 229/2007

Para os devidos efeitos se faz público que, por despacho do presidente da Câmara de 13 de Abril de 2007, foi celebrado contrato de formação em posto de trabalho, com efeitos desde 16 de Abril do corrente ano, na área de serviço social, nível v, conforme a lista de classificação final, com a candidata Sandra Cristina Antunes Rodrigues Pais, ao abrigo do (PEPAL) Programa de Estágios Profissionais para as Autarquias Locais. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

4 de Julho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Francisco Ivo de Lima Portela*.

2611032072

Aviso n.º 13 230/2007

Para os devidos efeitos se faz público que, por despacho do vice-presidente da Câmara de 28 de Junho de 2007, foi concedida licença sem vencimento pelo período de 90 dias ao funcionário Bruno Cláudio Rodrigues Camisola, com efeitos a 1 de Julho de 2007 inclusive. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

5 de Julho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Francisco Ivo de Lima Portela*.

2611032154

CÂMARA MUNICIPAL DE TAVIRA**Aviso n.º 13 231/2007**

1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, torna-se público que, por meu despacho de 23 de Maio de 2007, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar do dia imediato ao da publicação deste aviso no *Diário da República*, concurso externo de admissão a estágio para ingresso na carreira de técnica superior, visando o preenchimento de um lugar de técnico superior de 2.ª classe (licenciatura em Antropologia) do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Tavira.

2 — Para efeitos de recrutamento foi consultada a bolsa de emprego público, tendo-se verificado não existir pessoal em condições de mobilidade especial nos termos previstos nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, pelo que foi pela Direcção-Geral da Administração Pública emitida declaração de inexistência de pessoal com o perfil pretendido.

3 — Legislação aplicável — ao concurso aplicam-se os Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, 238/99, de 25 de Junho, 427/89,

de 7 de Dezembro, 248/85, de 15 de Julho, 247/87, de 17 de Junho, 265/88, de 28 de Julho, 407/91, de 17 de Outubro, 409/91, de 17 de Outubro, 233/94, de 15 de Setembro, 353-A/89, de 16 de Outubro, 404-A/98, de 18 de Dezembro, e 412-A/98, de 30 de Dezembro, e demais legislação aplicável.

4 — Conteúdo funcional — o constante do despacho n.º 19 956/2001, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 10 de Setembro de 2001.

5 — Prazo de validade — o presente concurso é válido para a vaga posta a concurso, caducando com o seu preenchimento.

6 — A este concurso poderão candidatar-se os indivíduos vinculados ou não à função pública que reúnam, até ao término do prazo de apresentação de candidatura, os seguintes requisitos:

6.1 — Requisitos gerais:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;

b) Ter 18 anos completos;

c) Possuir as habilitações literárias ou profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;

d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;

e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;

f) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória;

6.2 — Requisitos especiais — licenciatura em Antropologia.

7 — O local de trabalho é na área do município de Tavira.

8 — À categoria de estagiário corresponde o índice 321, fixado nos termos dos Decretos-Leis n.ºs 404-A/98, de 18 de Dezembro, e 412-A/98, de 30 de Dezembro, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da administração local.

9 — Métodos de selecção — nos termos do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, os métodos de selecção a utilizar serão os seguintes:

a) Prova oral de conhecimentos gerais e específicos (revestindo natureza teórica) e com carácter eliminatório;

b) Entrevista profissional de selecção.

9.1 — A prova oral de conhecimentos gerais e específicos terá a duração de trinta minutos, sendo admitidos à entrevista profissional de selecção os candidatos que obtiverem classificação igual ou superior a 9,5 valores.

A prova oral de conhecimentos, cujo programa foi aprovado por meu despacho de 21 de Junho de 2007, versará sobre os seguintes temas: Constituição da República Portuguesa; Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto — Lei Quadro dos Museus Portugueses; Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho — regime jurídico de realização de despesas públicas e da contratação pública relativa à locação e aquisição de bens móveis e serviços.

9.2 — A entrevista profissional de selecção visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos para o exercício do lugar através da comparação com um perfil delineado de acordo com as características seguintes: interesse e motivação profissionais; sentido de organização e capacidade de inovação; capacidade de relacionamento e espírito de equipa; conhecimento dos problemas e tarefas inerentes às funções a exercer.

A classificação final dos candidatos resultará da média aritmética ponderada das classificações obtidas em cada um dos métodos de selecção, após a aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = \frac{3POC + 2EPS}{5}$$

em que:

CF= classificação final;

POC= prova oral de conhecimentos, revestindo natureza teórica;

EPS= entrevista profissional de selecção.

9.3 — Os critérios de avaliação da entrevista profissional de selecção, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam da acta do júri do concurso de 12 de Junho de 2007, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

10 — Formalização das candidaturas para os concursos:

10.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento em folha normalizada de tamanho A4, dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Tavira, podendo ser entregue pessoalmente na Secção de Pessoal, sita no Edifício André Pilarte, Rua de D. Marcelino Franco, 2, 1.º, dentro das horas normais de expediente, ou